

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DURANTE A PANDEMIA NA REDE MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA-RS

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE DURING THE PANDEMIC IN THE MUNICIPAL NETWORK OF SERAFINA CORRÊA-RS

Renata Bassurichi Rodrigues¹

RESUMO: O presente artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo sobre a inclusão de alunos especiais em escolas da rede municipal de ensino de Serafina Corrêa-RS. A mesma ocorreu no ano de 2021 e tenta discutir, segundo estudos norteadores, soluções para a verdadeira inclusão de alunos nas escolas regulares. Além de retratar a situação em municípios de pequeno porte do Brasil.

Palavras-chave: Inclusão. Ensino remoto. Pandemia. Educação especial.

ABSTRACT: This article is a qualitative research with a descriptive character on the inclusion of special students in schools in the municipal education network of Serafina Corrêa-RS. It took place in 2021 and tries to discuss, according to guiding studies, solutions for the true inclusion of students in regular schools. In addition to portraying the situation in small municipalities in Brazil.

Keywords: Inclusion. Remote Teaching. Pandemic. Special Education.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a inclusão de alunos com as diversas necessidades especiais vem sendo um grande desafio para os profissionais da educação como um todo. A pandemia de COVID-19 acentuou ainda mais, exigindo mais dedicação e estudo dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Cada criança é única e, portanto, suas necessidades também. Mesmo em casos de Código Internacional de Doença (CID) igual, as ações podem ser totalmente opostas dependendo das especificidades de cada criança.

Por essa razão, existe a necessidade de se ter profissionais especializados para apoiar e atender as diversas situações dos alunos inclusos. Além disso, a presença de

¹Graduanda em Pedagogia, através do polo de Serafina Corrêa RS pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atualmente trabalha como monitora de educação infantil em uma escola da mesma localidade. E-mail: renata.bassurichi@hotmail.com.

um ambiente com diversos recursos específicos se torna imprescindível para a verdadeira inclusão dos alunos com necessidade especiais. Para tal, deve-se conscientizar os diversos gestores educacionais de que existe a ampla necessidade desse espaço específico e de profissionais cada vez mais atualizados.

Diversos estudos científicos estão sendo desenvolvidos para auxiliar os profissionais de educação. Porém, ainda em alguns casos, não se tem consenso das causas, mas a certeza de que a estimulação precoce é fundamental. Por essa razão, deve-se criar espaços para formação adequada dos diversos profissionais envolvidos na educação, especialmente na Educação Infantil.

DESAFIOS ATUAIS

Durante a pandemia de COVID-19 houve a necessidade de se manter o isolamento social e por isso, as aulas se tornaram online ou através de atividades enviadas até os alunos. Segundo autoras Silva, Rabêlo, Machado e Almeida:

Nesse cenário, as tecnologias têm sido ferramentas importantíssimas para que o trabalho docente possa ser desenvolvido de modo a atender a nova dinâmica do processo de ensino e aprendizagem. Contudo, é necessário atentar-se para os alunos público da educação especial, considerando que precisam de adaptações e metodologias mais específicas que possam de fato possibilitar o acesso e a realização das atividades de maneira satisfatória. (2020, p.20)

1033

Em suma, o momento pandêmico exigiu muito mais de profissionais que atuam no AEE. Foi nesse cenário importante que muitas percepções discutidas anteriormente no meio acadêmico se solidificaram na prática, como por exemplo, as metodologias ativas. Por esse ângulo, percebe-se que existe a necessidade constante de atualização dos profissionais educacionais, especialmente, os destinados ao AEE.

O estudo realizado por Costa, Souza e Pereira (2021) reforça a necessidade de reinvenção dos professores através do uso da tecnologia de forma assertiva, mas também da participação dos familiares. Como relatado nas questões das devolutivas: “Dentre os 27 atendidos, foi continua as devolutivas solicitadas as famílias dos 25 alunos, os outros dois não se obteve resposta assídua por problemas de tecnologia e trabalho dos responsáveis. ” (COSTA, SOUZA, PEREIRA 2021, p.4)

No mesmo trabalho, as autoras concluem que:

Identificou-se que a colaboração do professor da sala regular com o professor da sala de recurso multifuncional neste processo, ainda necessita de ajustes para tornar o acesso inclusivo efetivo na sala regular. A participação e

responsabilidades da família neste período da experiência foi um fator que possibilitou o trabalho contínuo, mesmo diante de muitas atribuições domésticas de cada família, foi possível ter devolutivas e feedbacks. A falta de acessibilidade tecnológica, como acesso à internet e a disponibilidade de aparelho celular, foram algumas barreiras encontradas durante o período, a própria doença do covid-19, motivou a infrequência neste semestre. ” (COSTA, SOUZA, PEREIRA 2021, p.6)

Então é necessário reforçar ainda mais o laço tão importante entre família e escola para que de fato ocorra o aprendizado dos alunos inclusos. Observa-se também a importância da atuação do poder público no fornecimento de acesso tecnológico aos alunos com carências financeiras. Vale ressaltar que nem sempre a assiduidade foi observada durante a pandemia devido às questões de saúde, emocionais e financeiras. Por essa razão a busca ativa e a relação escola-família foi essencial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com tudo isso posto, vem o questionamento importante: “Será que as mesmas situações são observadas na cidade de Serafina Corrêa-RS? ” Ou será que por ser uma cidade do interior e de pequeno porte essa inclusão foi mais simples. Para tal, optou-se por pesquisa qualitativa de caráter descritivo, em duas escolas da rede municipal de ensino: uma de ensino fundamental e outra da educação infantil. As escolas escolhidas foram Escola Leonora Marquioro Bellenzier e Escola Municipal Infantil Pedacinho do Céu.

Para se compreender melhor a realidade vamos analisar as características de cada estabelecimento de educação. A Escola Leonora Marquioro Bellenzier foi inaugurada em 2 de setembro de 2004, na cidade de Serafina Corrêa RS, contava em 2021 com 274 alunos, 11 professores, e ainda 8 funcionários, no qual fazem parte a equipe diretiva, faxineiras e cozinheiras. Seu espaço físico é bem amplo, com parque, salas arejadas e adequadas para a quantidade de alunos, uma área coberta, cozinha e refeitório, e um auditório onde são feitas reuniões e palestras e acomoda os alunos para apresentações, etc. A escola oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, os quais os alunos realizaram o ensino remoto emergencial devido a Pandemia da COVID-19, no ano de 2020 e em determinados momentos do ano de 2021.

Já a Escola Municipal Infantil Pedacinho de Céu, localizada também na cidade de Serafina Corrêa RS, instituição de educação infantil, oferece toda a estrutura necessária para o conforto e desenvolvimento educacional dos seus alunos, como por

exemplo: internet, parque infantil, refeitório, pátio descoberto, área verde e alimentação. Seu quadro de alunos é composto por 140 crianças, 10 professores e mais 6 funcionários que fazem parte da equipe da direção cozinheiras e faxineiras.

Esse estudo contou com a participação de (2) duas professoras, uma que atua no 5º ano com 26 alunos na Escola Leonora Marquiro Bellezier, e a outra que atua no jardim A na Escola Municipal Pedacinho do Céu, com 15 alunos. A coleta das informações da pesquisa compreende um questionário, on-line, realizado pelo WhatsApp composto por 13 questões descritivas, que objetiva motivar os pesquisados a comentarem sobre informações profissionais frente ao desafio de incluir ou excluir o aluno com necessidades especiais no ensino remoto.

Seguindo as categorias descritas na metodologia, apresentam-se, a seguir, os resultados obtidos, ressaltando que todos os dados foram do ano letivo 2021.

Com a disseminação do novo Corona vírus, a Organização Mundial de Saúde (OMS) propôs certas ações sanitárias para a prevenção, como maneira de evitar a sua propagação, inclusive, a paralização das aulas presenciais em todos os setores educacionais em todas as partes do mundo, e o que se tornou viável na atual situação foi o ensino remoto. E para apurarmos informações sobre exclusão e inclusão nesse período nas escolas, fora feito uma pesquisa com professores de escolas e salas diferentes. Foram abordadas algumas questões pertinentes:

1- A escola tem alunos com necessidades especiais matriculados? Quantos? Como eles são atendidos nas atividades pedagógicas?

2- Há algum profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

3- Com que turma você trabalha? Quantos alunos tem?

4- Na escola há sala de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado AEE?

5- Há professores específicos para o AEE?

6- Quais são os níveis de ensino dessa instituição? A escola possui EJA?

7- Como professora como você se sente em relação a tudo isso que passou e que ainda estamos passando?

8- Em relação as aulas remotas, todos os alunos tinham acesso há algum meio tecnológico? Todos tinham acesso à internet? E se não tinham acesso, como eram feitos os trabalhos?

9- Foi possível fazer a inclusão das crianças com algum tipo de deficiência no ensino remoto? Como isso aconteceu?

10- Como funciona o atendimento AEE de alunos com necessidades especiais?

11- Quais os principais problemas da educação especial durante a pandemia de Covid 19?

12- Quais foram as maiores dificuldades na educação inclusiva durante a pandemia?

13- Como você fazia as avaliações dos alunos com necessidades especiais durante o período de aulas remotas?

As questões levantadas durante a entrevista, foram respondidas de forma clara pelas professoras o que facilitou a pesquisa. Os resultados obtidos foram que com a suspensão das aulas, ocorreu alguns desafios sobre inclusão dos alunos deficientes durante o ensino remoto na pandemia, adaptações repentinas, acesso a tecnologias e a participação das famílias que dificultaram a aprendizagem longe da sala de aula. Suas respostas referentes as crianças com necessidades especiais são que na escola Leonora Marquioro Bellenzir na sala do 5º ano há crianças com síndrome de West e uma cadeirante, que são atendidas por uma monitora, não há profissionais no AEE, mas a escola oferece aulas de reforço no turno inverso, uma das alunas faz atividades fora da sala e quando há oficinas, como: Inglês, Educação física e música, ela permanece na sala. A professora relata também que uma das dificuldades que encontrou foi o uso da máscara, que dificulta muito a interação com criança de inclusão, pois é preciso tratar desde o som das letras até sua escrita, também o contato entre professor e aluno. Tudo era avaliado, tanto com alunos regulares como os de deficiência, eram avaliadas todas as atividades realizadas durante o período.

Cabe destacar que existem poucos estudos sobre a síndrome de West. Mas os encontrados dão embasamento para que ocorra uma prática docente de inclusão que como abordado deve-se valorizar as individualidades. Como pode-se observar no relato de Denis: “Assim, concluímos nesta pesquisa, que cada criança de acordo com suas peculiaridades possui sua forma própria de aprender. As crianças com Síndrome de West, apesar de todas as suas limitações possuem habilidades individuais que podem e devem ser estimuladas para o seu desenvolvimento. ” Por isso, reforça-se a importância da atualização dos profissionais de educação, especialmente se não existir o profissional de AEE.

Já na Escola Infantil Pedacinho de Céu na sala do jardim A há uma criança com autismo essa criança também recebe o auxílio de uma monitora, a escola não dispõe de profissionais em AEE, não tendo sala de recursos, fazendo com que essa criança receba seu atendimento na mesma sala de aula, de modo mais sucinto onde possa compreender os conteúdos é usada a mesma metodologia, mas com menos atividades. Uma das dificuldades encontradas pela professora durante a pandemia é a falta de incentivo dos pais, ela se mostra preocupada com a aprendizagem dos alunos diz ter muito trabalho burocrático, além de ter que ensinar e explicar muito mais, mas está aprendendo junto com eles, as avaliações não foram deixadas de lado, eram feitas de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno.

Cabe ressaltar que as crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autismo (TEA) tem amparo legal na lei 12764 de 2012 para ter acesso a acompanhamento de profissional especializado nas classes regulares. Observa-se, portanto, que existe o cumprimento da lei na escola analisada. Isso é um apoio importante para a criança e o professor que pode planejar uma atividade específica e a monitora aplicar. Também é importante ressaltar: “[...]. Esta legislação também garante o incentivo à capacitação dos profissionais para atuar com os autistas, pois é necessário que para estar numa sala de aula com crianças autistas, o profissional deve estar preparado para não só saber agir, como também ensinar.” (SANTOS e.tal, 2022, p. 9)

É preciso uma mudança nas escolas para auxiliar às necessidades próprias de cada pessoa com deficiência, sem a qual, triunfara a exclusão, o propósito de uma escola inclusiva é de que os alunos, com ou sem deficiência, compreendam a partir da participação e da troca de saberes. É necessário, mesmo que há dificuldades colocadas no ambiente inclusivo, compreender às mudanças e o respeito às particularidades da pessoa com deficiência. Percebemos que essas escolas não estão preparadas para receber esses alunos não há profissionais especializados que possam auxiliar essas crianças, há sim uma grande vontade de ensinar dos professores, mas a falta de recursos dificulta o aprendizado. Segundo Pieczkowski:

A formação docente para atuar com a educação especial ainda é polêmica. Generalista ou especialista? Embora cursos de Licenciatura em educação especial sejam ofertados em algumas universidades do país, não existem Diretrizes Curriculares Nacionais para esse curso. O professor dos anos iniciais, por exemplo, se graduado em Pedagogia, tem acesso durante a graduação a alguns créditos para discutir a educação especial na perspectiva

da educação inclusiva (previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura) e também Libras (previsto no Decreto n. 5.626/2005) de forma abrangente, genérica. Depois, fica a seu critério cursar especialização ou acessar a cursos de capacitação, se forem ofertados, se tiver oportunidade, se tiver disposição para a busca, muitas vezes, de forma individual” (PIECZKOWSKI, 2016, p. 593).

Porém, existe o consenso de que se precisa sim de um profissional específico para ocorrer um atendimento especial que vai de fato proporcionar uma inclusão na educação e por consequência em todos espaços sociais. Associado a isso, recursos atualizados que tem a função de facilitar e tornar lúdico o acesso ao conhecimento de todas as crianças e adolescentes. (COSTA, 2016; SILVA,2021; DIAS,2020; ZANATTA,2020)

CONCLUSÕES

As escolas precisam possibilitar encontros mensais com os pais para socializar sobre o progresso de desenvolvimento e aprendizagem de seus filhos. Pois isso é importante para uma intervenção mais efetiva no desenvolvimento das crianças, especialmente as de inclusão. Também é necessário organizar um espaço específico, o AEE, e seus respectivos recursos pedagógicos atualizados e de fácil acesso aos público-alvo da educação especial.

Associado a tudo isso, observa-se a necessidade de contratação do profissional do AEE para que esse proporcione momentos plenos para o desenvolvimento dos alunos com deficiência, exigindo uma participação dos pais e da comunidade escolar com ideias inclusivas. Isso é algo a se aprofundar com confrontos de estudos de outros pesquisadores, se é algo isolado em municípios pequenos, como Serafina Corrêa, ou é algo recorrente e que acaba por limitar a real inclusão dos alunos, especialmente em casos de autistas que necessitam de maior estímulo precoce. Cabe salientar ainda que o presente estudo foi mais restritivo, abrangendo apenas duas das nove escolas da rede municipal de ensino, mas isso não limita as conclusões, já que se sabe que nenhuma escola da rede possui AEE. Tendo sim duas profissionais que atendem em espaço distinto, longe da escola, as crianças com maiores dificuldades. O que obviamente não atende a toda necessidade como trabalhado.

Portanto, conforme à realidade da inclusão do ensino remoto e presencial, ressalta-se que o AEE trabalha com estimulação para superar obstáculos dos estudantes que apresentam maiores dificuldades. Assim, algumas questões deixaram de ser

atendidos e impedidos de serem avaliados, reforçando a exclusão desses alunos. A descoberta mais relevante foi que a educação inclusiva fica muito prejudicada quando esses alunos não conseguem manter o convívio em um ambiente escolar, além de exigir maior empenho dos professores em estabelecer vínculos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção**

Costa, C. E. da S., Sousa, R. R. de, & Pereira, M. S. Atendimento Educacional Especializado: articulação docente durante a pandemia. **Ensino Em Perspectivas**, 2(3), 1-8, 2021.

COSTA, Sandra Dantas. **A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**. 2016. 21 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Cap. 1.

DIAS, Renan Italo Rodrigues. A importância da sala de AEE na escola regular: desafios, possibilidades e o avanço com os alunos. **Ead & Tecnologias Digitais na Educação**, [S.L.], v. 8, n. 10, p. 119-126, 11 dez. 2020. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/eadtde.v8i10.10746>.

MACHADO, Bárbara Alves Branco; MARTINS, Claudete da Silva Lima. **A INCLUSÃO ESCOLAR EM CONTEXTO DE PANDEMIA: REFLEXÕES A PARTIR DOS DESAFIOS DE UMA PROFESSORA DO AEE**. In: Revista Querubim-Revista Eletrônica de Trabalhos Científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais-Ano16- nº 42 - vol. 1 - Outubro-2020-ISSN:1809-3264.

MATTOS, Laura Kemp de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnósticos de autismo na Educação Infantil. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 24, n. 40, p. 129-141, 10 jun. 2011. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x1989>.

Nunes, Débora R. P.; Rodrigues Araújo, Eliana. **Autismo: a educação infantil como cenário de intervenção**. In: Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas, vol. 22, 2014, pp. 1-14 Arizona State University. Arizona, Estados Unidos

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Jean Itard e Victor do Aveyron: olhares contemporâneos sobre a narrativa de uma experiência pedagógica do início do século XIX. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 56, set./dez. 2016.

Relatório analítico de diagnóstico de exclusão na pandemia. Disponível em: <https://youtu.be/UFUoMNUuvSo>. Acesso em 02 de outubro de 2021.

SILVA, Alessandra Souza; RABÊLO, Aline Costa; MACHADO, Carla Ferreira da S.; ALMEIDA, Cinthia Carvalho. **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE E PÓS - PANDEMIA**. Salvador: Instituto Federal Baiano, 2020. 38 p.

SILVA, Lucele Alves da. **A IMPORTÂNCIA DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS NO AEE PARA ESTUDANTES SURDOS.** 2021. 23 f. TCC (Graduação) - Curso de Libras, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Patos, 2021. Cap. 1.

TORRES, Denise Figueiró. **INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM SÍNDROME DE WEST NUMA ESCOLA INFANTIL.** 2021. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Especial, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, Ijuí, 2011.

Zanatta, M. F. A importância da implementação da sala de recursos nas escolas e a atuação do profissional de atendimento educacional especializado (AEE). **Caderno Marista De Educação**, II, 2020.